

P.- Porque razão vocês mudaram o local das conversações?

R.- O nosso Partido sempre declarou que estava disposto a entabular negociações com os portugueses onde quer que fosse e sem condições prévias. Ele demonstrou-o ao aceitar as conversações em Londres. Mas, também achamos que seria justo que nesta segunda fase, elas fossem feitas em Africa e sobretudo na Argélia, porque é um país africano, grande amigo do nosso Partido e do nosso povo, que lutou oito anos contra o colonialismo francês e que sempre esteve na vanguarda da luta anti-colonialista. E também uma homenagem aos nossos irmãos africanos que sempre nos ajudaram na nossa luta contra o colonialismo e a dominação estrangeira.

P.- Quais foram as dificuldades encontradas durante as negociações?
(deduzido)

R.- Durante as conversações houve dificuldades porque, se não as houvesse, teríamos chegado rapidamente a uma solução. Elas são resultantes do facto de que viemos aqui para defender os direitos legítimos do nosso povo, e nada do que for contra esses direitos poderá ser aceite por nós.

Nós estamos aqui para atingir o nosso objectivo que é o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito do povo de Cabo Verde à independência, e a garantia de que ele possa exercer esse direito.

P.- Quer dizer que Cabo Verde não dificulta as negociações?

R.- Para nós, Cabo Verde não constitui um caso especial. Sempre afirmamos que o nosso Partido é o PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, por isso, não vemos porque é que ele deve constituir um caso especial, neste momento em que negociamos com os portugueses. Talvez haja pessoas que não estejam interessadas na Independência de Cabo Verde e, por isso, queiram lançar boatos que Cabo Verde, sendo um ponto especial, constitui a dificuldade fundamental nas negociações. Isso é falso porque Cabo Verde é uma colónia, Guiné era também uma colónia, mas hoje é um estado independente, reconhecido por 86 países. Portanto, não vemos nenhuma diferença. O que interessa saber é se o governo português está verdadeiramente disposto a descolonizar.

P.- Acha que o governo português está verdadeiramente disposto a descolonizar?

R.- Não podemos falar de boa ou má intenção de quem quer que seja. Ele deve dar provas da sua boa intenção com factos concretos. A revolução não é conversa fiada. É acto e acção. Só poderemos analisar se o governo português está verdadeiramente decidido a descolonizar se ele se definir claramente na mesa das negociações. Pelas declarações dos responsáveis portugueses podemos ver que ele não se definiu.

P.- Pedimos ao Sr. Comandante para enviar uma mensagem ao povo da Guiné, em particular, e também ao nosso povo de Cabo Verde.

R.- Gostaríamos de dizer a todos os nossos camaradas e ao nosso povo da Guiné e Cabo Verde, o seguinte:

O nosso Partido tem por missão a defesa dos interesses e do futuro do nosso povo. Todos devemos ter plena confiança na Direcção do nosso Partido porque ele sempre defendeu os interesses do nosso povo e a construção de um futuro melhor. Essa é a razão pela qual discutimos actualmente. Para negociar é preciso tempo porque não podemos cometer erro nenhum de que amanhã nos arrependermos. Gostaríamos de recomendar o seguinte: É necessária a máxima vigilância de todos porque atravessamos um dos momentos (da luta) mais difíceis da luta de um povo. Não devemos relaxar a nossa vigilância porque há muitas dificuldades a vencer. Não poderemos descansar nem mesmo depois do nosso governo se instalar completamente na nossa terra porque teremos que construir o nosso país.

Aprendemos muito durante a luta e por isso recomendamos a máxima vigilância.

P.- ...

R.- Fala-se muito de autodeterminação, independência, etc.; Não queremos ser enganados com palavras e, por isso, necessitamos saber concretamente o que é que eles entendem por autodeterminação, qual o seu conteúdo. É como se nos dessem um saco amarrado com a etiqueta "autodeterminação". Queremos saber o que está dentro. Isso é fundamental porque, para nós, autodeterminação quer dizer independência. Não pode haver outra alternativa.

Vejamos o nosso caso concreto:

Proclamamos o Estado da Guiné-Bissau, que é reconhecido por 86 países. A Argentina reconheceu-nos há dois dias. Portanto, autode-terminamo-nos de facto e de direito. De facto, porque controlamos vastas áreas da nossa terra com um governo estabelecido, e de direi- to, porque 86 países do mundo nos reconhecem como tal. Para Cabo Verde, a autodeterminação terá que passar forçosamente pela inde- pendência ~~imediata e incondicional da sua soberania e independência~~ com a garantia das condições da sua acessão à independência dentro do programa estabelecido pelo PAIGC. Isso é o que queremos. Nada de palavras bonitas e difíceis que só servem para enganar as pes- soas;

P.- Se o Sr. Comandante tem mais alguma coisa para acrescentar, os nossos microfones estão à sua disposição.

R.- Tivemos oportunidade de falar de quase todos os aspectos im- porta ntes. Agradeço ao camarada Bubacar por esta entrevista e ~~o~~ pelo seu interesse em informar o nosso povo sobre o desenrolar das negociações. Gostaria também de repetir aquilo que recomendei antes, que é a vigilância. Devemos estar vigilantes e não devemos desarmar -nos porque não sabemos o que poderá acontecer. Nada acabou e só po- deremos descansar quando estabelecermos o nosso governo na capital. Mas, por hora, devemos considerar que a luta continua dado que as coisas não estão claras.